

-----ATA N.º 2/2014-----

-----Aos 30 dias do mês de abril de 2014, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência do 1.º Secretário da Assembleia Municipal, António Manuel dos Reis Álvaro.-----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:**-----

-----José Albano Pereira Marques;-----

-----João Paulo Monteiro Antunes;-----

-----Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa;-----

-----Ana Isabel Lopes Correia;-----

-----Joaquim Lopes de Abreu;-----

-----Flávio Manuel Granjal de Sá;-----

-----Filipe Miguel Rosa Guerra;-----

-----Paulo Jorge Pinto da Silva Patrocínio;-----

-----Alexandra Isabel Henriques Sena;-----

-----Maria Silvina Achando da Cruz Santos;-----

-----Manuel Matos Torres;-----

-----Hélder Achando Costa;-----

-----Luís Filipe Pinheiro da Costa;-----

-----António dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal;---

-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana;-----

-----Júlio Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro;---

-----António Manuel Pinto Patrício, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----

-----Luís Bernardo Pina Mimoso, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira;-----

-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela;-----

-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----

-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----

-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira;

-----Aires Manuel Silva Relvas, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----

-----Teresa Susana Ferreira Tente, Presidente da Junta da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide-Entre-Vinhas e Salgueirais;-----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz;-----

-----Cláudia Sofia dos Santos Pinheiro Ruivo, Secretária da Junta da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego, em substituição do Senhor José Rocha Gonçalves.-----

-----**Faltaram a esta sessão e justificaram atempadamente a sua ausência, os seguintes membros:**-----

-----Ana Isabel Lucas Cabral Janelas;-----

-----Carlos Alberto Faria de Almeida.-----

-----**Faltaram a esta sessão e não justificaram atempadamente a sua ausência, os seguintes membros:**-----

-----António Carlos do Nascimento Marques;-----

-----Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro;-----

-----Marco Paulo Andrade Rodrigues, Presidente da Junta da União de Freguesias de Açores e Velosa.-----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro, os Senhores Vereadores José Luís Saúde Cabral e Victor Martins Santos e a Senhora Vereadora Maria do Céu Neves Martins Louro.-----

-----Conforme a redação dada pelo n.º 3, do art.º 46.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e de acordo com o n.º 3, do art.º 5.º, do Regimento da Assembleia Municipal, o Presidente é substituído nas suas faltas e impedimentos pelo, 1.º Secretário António Manuel dos Reis Álvaro, passando assim a Senhora Deputada Alexandra Isabel Henriques Sena a 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e para ocupar o lugar de 2.º Secretário, foi convidada a Senhora Deputada Maria Silvina Achando da Cruz Santos. -----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, secretariado pelas Senhoras Deputadas, Alexandra Isabel Henriques Sena e Maria Silvina Achando da Cruz Santos, na qualidade de primeiro e segundo secretários respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município. -----

-----O Senhor **Deputado Manuel Torres** referindo-se às sessões da Assembleia Municipal, deu conhecimento de que rececionou a convocatória para esta sessão tardiamente, acrescentando que a anterior, nem sequer a recebeu. Referiu que os serviços da Câmara Municipal cumprem todos os

formalismos e prazos estabelecidos na lei, pelo que, solicita que o Executivo averigue junto dos CTT o porquê desta situação.-----

-----De seguida, fazendo referência ao evento Celorico Fashion, pretendeu saber qual a participação ou apoio da Câmara Municipal, no mesmo, e como foi consubstanciado. Deu conhecimento de que havia sido convidado para fazer parte do júri, tendo inclusive participado no ensaio geral, sendo que, posteriormente foi-lhe comunicado, pelo organizador do evento, de que o patrocinador (Câmara Municipal) exigiu que fosse excluído do júri, sob pena de perder o apoio solicitado.-----

-----Referindo-se ao comércio local, disse que existe falta de oferta cultural, entretenimento e divertimento público, sendo estas condições, oferecidas pelos concelhos vizinhos nos seus estabelecimentos. Nessa sequência, os jovens deslocam-se para os concelhos vizinhos à noite, muitas vezes sob o efeito do álcool. Disse que a deslocação dos clientes/consumidores de Celorico da Beira para os concelhos vizinhos, prejudica os comerciantes do concelho.-----

-----Pelos motivos expostos, a JSD apresentou uma Recomendação, que de seguida se transcreve:-----

-----“Que a autarquia conceda a todos os cafés, cervejarias, *snacks*, salões de jogo e bares do Concelho, licença a título permanente de alargamento de horário, até às 4h, em véspera de fim-de-semana (de sexta-feira para sábado), vésperas de feriado e nas madrugadas de sábado para domingo.-----

-----A autarquia deve verificar anualmente, a localização do estabelecimento ou isolamento acústico, para garantir que não interfere com os moradores e emitir a licença que o comerciante deverá colocar em sítio visível ao público e autoridades.”-----

-----De seguida, o Senhor **Deputado João Paulo Antunes** manifestou o seu desagrado pelo facto de as sessões da Assembleia Municipal ocorrerem neste horário, sugerindo que as mesmas sejam realizadas em

horário noturno. Disse que os Deputados eleitos têm direito a dispensa das atividades profissionais, para comparecer à Assembleia Municipal, no entanto, e atendendo aos dias de hoje, não se pode dar motivos às entidades patronais, para que dispensem os seus funcionários. -----

-----Na última Assembleia Municipal referiu o facto de os caminhos rurais do concelho se encontrarem bastante degradados, acrescentando que a autarquia deveria traçar um plano de emergência para repor a circulação nesses mesmos caminhos. Verifica que na União de Freguesias de Açores e Velosa nada foi feito nesse sentido. Reforça novamente a necessidade dos caminhos rurais do concelho necessitarem de uma intervenção urgente, sob pena de ficarem intransitáveis. Referiu que estes caminhos não são utilizados apenas pelos agricultores, mas também por ciclistas, motociclos, turistas, entre outros.-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** começou por dizer que na última reunião da Comissão Permanente, tinha sido acordado que as sessões da Assembleia Municipal se realizariam em horário noturno, contrariamente ao que está descrito na respetiva ata. No entanto, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, presente na reunião da Comissão Permanente realizada ontem, justificou este horário, pelo facto da aprovação das contas ter de ser feita, impreterivelmente, até à meia-noite, sob pena de as mesmas passarem para o dia seguinte e não serem aprovadas. Disse que aceitam este argumento, mas sensibilizou para que, no futuro, seja tida em conta a vontade da maioria dos deputados. -----

-----Alertou para o mau estado em que se encontram as estradas do concelho, dando como exemplo a freguesia de Prados. Pretendeu saber qual o resultado da inspeção da IGF, que decorreu na autarquia. Questionou ainda se houve alterações a nível de Pelouros distribuídos aos Vereadores. -----

-----De acordo com o disposto no n.º 7, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** cumprimentou todos os presentes. De seguida, em resposta ao Senhor Deputado Manuel Torres, deu conhecimento de uma reunião com a administração dos CTT, Dr. Luís Alves, na qual a autarquia manifestou o seu total desagrado pelo que tem vindo a acontecer, relativamente à entrega da correspondência.-----

-----No que concerne ao evento Celorico Fashion, disse que a Câmara Municipal apoiou esta iniciativa, à semelhança do que tem feito com outras e o apoio restringiu-se à cedência do espaço, situação que foi devidamente acautelada. Relativamente à questão do júri, disse que o executivo nada teve a ver com essa situação. -----

-----Referindo-se ao alargamento de horário dos estabelecimentos comerciais, disse que esse assunto já havia sido discutido em reunião de executivo e que a maioria foi contra o mencionado alargamento. Presentemente, os cafés têm horário de funcionamento até as 2h da manhã, sendo que, por vezes solicitam prorrogação até às 4h, para realização de eventos. Deu conhecimento de que, a autarquia efetuou um levantamento dos estabelecimentos que cumpriam com a lei do ruído, tendo verificado que alguns deles estavam em incumprimento, tendo sido notificados para retificar essa situação. Disse ainda, que o Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público do Município de Celorico da Beira, irá ser analisado e posteriormente será presente à Assembleia Municipal para discussão e aprovação. -----

-----Em resposta ao Senhor Deputado João Paulo Antunes disse que todas as Assembleias Municipais do Distrito se realizam durante o dia e as pessoas quando são eleitas têm de ter disponibilidade para assumir os cargos, no entanto, é uma situação que irá analisar.-----

-----Relativamente aos caminhos rurais, deu conhecimento de que a autarquia tem procedido à beneficiação dos mesmos. Disse que o município apenas tem uma motoniveladora que vai executando estes trabalhos, acrescentando que, a maioria das Juntas de Freguesia já tem a reparação dos caminhos efetuada.-----

-----De seguida, felicitou o Senhor Deputado Joaquim Abreu por ter estado presente nas comemorações do 25 de abril.-----

-----Referindo-se às estradas do concelho, disse que a Câmara Municipal tem feito bastante trabalho ao nível da regeneração, congratulando-se com o trabalho desenvolvido por este executivo. Deu conhecimento de que a zona da rotunda do centro coordenador de transportes irá ser intervencionada. Deu também conhecimento da requalificação do Bairro Celurba e Napoleão, que se encontram bastante degradados, ao abrigo do novo Quadro Comunitário - Portugal 2020. Deu ainda conhecimento de que irão requalificar a “Rua Luís Vaz de Camões e Gago Coutinho”.-----

-----Sobre a EN 16, disse que esta estrada foi rececionada pela Câmara Municipal, bem como, o montante inerente à mesma, que serviria para reparação das estradas. A autarquia não tem capacidade financeira para reparar a estrada de Fornos, a não ser através de uma candidatura. Caso contrário, a única intervenção que poderão fazer são pequenas reparações. Relativamente à estrada de Prados – Videmonte, deu conhecimento de que a curto prazo será lançado um concurso.-----

-----Sobre a inspeção da IGF, deu conhecimento de que o Município à presente data, aguarda o relatório.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra à Senhora Vereadora Maria do Céu Louro.-----

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** deu conhecimento de que alterou o seu regime, ficando a exercer funções nesta edilidade, de Vereadora em regime de tempo inteiro sem exclusividade e sem delegação

e subdelegação de competências, no âmbito dos Pelouros que lhe foram atribuídos.-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** também concorda que as exigências profissionais de muitos Deputados dificultam a sua presença nas sessões das Assembleias Municipais. No seguimento do que já foi referido sobre este tema por muitos Deputados, apresentou uma Recomendação para que as Sessões da Assembleia Municipal se realizem às sextas-feiras, à noite, como vinha sendo hábito, salvo em situações excepcionais. Este facto favorece uma maior participação dos Deputados e também dos Munícipes que pretendam assistir aos trabalhos da Assembleia Municipal. -----

-----Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados foram postas a votação as Recomendações apresentadas, de acordo com o disposto no n.º 5, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal. -----

-----Relativamente à Recomendação apresentada pela JSD, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** disse que a votação é no sentido de a mesma ser encaminhada para Reunião de Executivo, para ser analisada.---

-----**RECOMENDAÇÃO DA JSD**-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções, encaminhar a Recomendação apresentada pela JSD para o Executivo Municipal, para que a mesma seja analisada em reunião da Câmara Municipal.** -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador José Luís Cabral. -----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que também o executivo quer que os jovens fiquem no concelho, no entanto, um dos aspetos a ter em conta, é a localização dos bares em zonas residenciais, isto por causa do barulho que é feito na via pública, pelos frequentadores dos referidos estabelecimentos. É uma situação que terá de ser analisada.-----

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** no que concerne ao alargamento de horário, disse que este assunto já havia sido discutido em reunião de executivo, no entanto, alertou para o facto de que essas situações obedecem a critérios estipulados por lei.-----

-----O Senhor **Deputado Manuel Torres** disse que relativamente ao barulho que é feito na via pública, na sua opinião, ultrapassa a questão do alargamento de horário do estabelecimento comercial, até porque, essa é uma questão de segurança pública. Disse que é necessário inovar, sob pena de o concelho estar preso ao conservadorismo e não evoluir.-----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** disse que estas situações devem ser analisadas caso a caso, obedecendo à legislação existente, criando desta forma, condições aos jovens, para permanecerem no concelho.-----

-----**RECOMENDAÇÃO – HORÁRIO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **Recomendação** apresentada pelo Senhor Presidente da Mesa, relativamente ao horário das sessões da Assembleia Municipal.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----1. **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26/2/2014** -----

-----Foi presente a ata n.º 1, referente à sessão ordinária do dia 26/2/2014, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----Dispensada a sua leitura e não havendo alterações, foi a mesma aprovada por maioria, com 5 abstenções.-----

-----2. **RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 26/2/2014**-----

-----Após apreciar o pedido e tendo o mesmo sido apresentado nos prazos estabelecidos, a Mesa da Assembleia Municipal considerou justificada a falta da Senhora Deputada: -----

-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira.-----

-----**FALTAS INJUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 26/2/2014**-----

-----António Manuel dos Reis Álvaro;-----

-----Alexandra Isabel Henriques Sena;-----

-----Manuel Matos Torres.-----

-----**EXPEDIENTE**-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar.-----

**-----3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO-----**

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, documento que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dar conhecimento das reuniões realizadas, destacando: reunião com a Administração dos CTT – Dr. Luís Alves – Correios de Portugal, sobre a situação atual dos CTT; reunião com a Junta de Freguesia de Ratoeira e Sr.ª Eng.ª Carla Nabais, relativamente à toponímia e sinalização informativa; reunião com o Senhor Padre Victor Manuel Paiva Ramos; reunião com o Sr. Eng.º Pina – EDP; reunião com a Associação de Melhoramentos, Cultural, Desportiva e Recreativa de Vale de Azares; reunião com a Associação de Melhoramentos de Celorico-Gare; reunião da Assembleia Geral Ordinária da Resiestrela S.A., no que concerne à privatização da EGF; reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade Beiras e Serra da Estrela CIM – BSE, dando conhecimento de que a Assembleia Intermunicipal chumbou os secretários executivos da CIM das Beiras e Serra da Estrela e até à data ainda não está constituída, o que poderá trazer consequências gravíssimas ao nível de distribuição de fundos comunitários; deslocação à Biblioteca Municipal com os técnicos da DGLB – Direção Geral do Livro e da Biblioteca (Bibliotecário Filipe Ferreira e o Arq. Manuel Queirós); reunião com o Senhor Dr. Rui Mão de Ferro – Proengel; reunião com o Sr. Eng.º João Casteleiro – Enerárea e Eng.º Luís Gomes, relativamente à contratação pública de eletricidade. Agradeceu aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que fizeram chegar à autarquia, o levantamento dos locais onde é necessário efetuar o corte de luminárias em excesso, uma vez

que é objetivo reduzir a faturação da EDP. Continuou dando conhecimento da reunião com a Sr.ª Diretora do IRHU – Eng.ª Luísa Maria Rodrigues Gonçalves Lima Aparício, no que concerne à situação do alojamento das famílias de etnia cigana; deslocação à ETAR do Parque Industrial A25 com as Senhoras Eng.ªs Hermínia Paixão e Delfina Fonseca e Senhor Eng.º Carlos Martins da empresa AdZC, relativamente ao saneamento do Parque Industrial; reunião com os residentes do Bairro de Santa Luzia, uma vez que foi realizado um novo Protocolo de Realojamento; reunião com o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional – Dr. Manuel Castro Almeida e seu *staff* – Senhora Eng.ª Rosa Simões, Vice-Presidente da Agência para o Desenvolvimento e Coesão e representantes da CCDRC, sobre o novo Quadro Comunitário – Portugal 2020; reunião com a Câmara Municipal de Mêda, sobre a realização de um Protocolo de utilização do canil/gatil e reunião com a empresa wind – Samuel Lopes e a Junta de Freguesia de Linhares da Beira, relativamente ao evento Taça do Mundo de Parapente.--

-----No que concerne aos eventos realizados, deu conhecimento do lançamento público do Guia Turístico Aldeias Históricas de Portugal e Vídeo Promocional e degustação de queijo da Serra da Estrela, na Bolsa de Turismo de Lisboa – BTL/FIL; comemorações do Dia Mundial das Florestas e da Água; comemorações do Dia Mundial do Teatro. Deu conhecimento de que a Câmara Municipal todos os meses tem uma exposição diferente, presentemente é sobre o 25 de Abril. Continuou dando conhecimento de uma entrevista com a RTP, sobre a Unidade Móvel de Saúde e Posto de Turismo de Linhares da Beira. Convidou todos para estarem presentes nas comemorações do Feriado Municipal de 23 de maio, onde será ser feita a apresentação do livro “Toponímia da Vila de Celorico da Beira”.-----

-----Relativamente ao Turismo, deu conhecimento da revitalização do trilho das Ladeiras (PR1) e implementação do PR4 Linhares da Beira. Referindo-se ao levantamento das áreas escolares, deu conhecimento de que na sequência da reunião do Conselho de Coordenação Intersectorial da CCDRC, estão a decorrer negociações entre a CCDRC e a Comissão

Europeia, para afetação das verbas comunitárias no novo período 2014/2020, ao nível das áreas de Equipamentos Escolares e de Formação e áreas de Localização Empresarial. Nesta sequência, a CCDRC solicitou às CIM's da Região Centro, que auscultassem os seus municípios associados, no sentido de, efetuarem um levantamento de necessidades "urgentes e prioritárias", ao nível de melhoramentos, benfeitorias e equipamentos. Referiu ainda, que a verba indicada pela CCDRC para a Região Centro situa-se em 95 milhões de euros. Esclareceu que, segundo o que foi dito na última reunião da CIM, os investimentos na área de "Equipamentos Escolares e de Formação", serão para Jardins de Infância e 1.º Ciclo.-----

-----Deu conhecimento de que a autarquia tem uma candidatura aprovada no âmbito do Projeto ProteCMun, cuja participação é de 85%. Informou também que foi necessário proceder à reprogramação de duas candidaturas, ou seja, o Plano de Animação das Aldeias Históricas de Portugal, para inclusão da sinalética urbana de Linhares da Beira, bem como, o Plano de Comunicação e Marketing Aldeias Históricas de Portugal – Valorização do Património Judaico, para inclusão do diferencial de adjudicação da empreitada e para inclusão de equipamento e mobiliário para o Posto de Turismo de Linhares da Beira. -----

-----De seguida, deu também conhecimento da proposta do Acordo de Indemnização entre as AdZC e os Municípios, que tem como objetivo a regularização dos valores em dívida e a extinção dos processos judiciais em curso e que a empresa AdZC pague uma indemnização global de cinquenta milhões de euros. A proposta de acordo representativa da totalidade dos Municípios consiste em: indemnização pela reposição do diferencial tarifário no abastecimento de água e no saneamento no valor de 33 milhões de euros, a distribuir pelos municípios em função da percentagem de faturação anual; indemnização pela faturação indevida de caudais de pluviosidade nas faturas de saneamento no valor de 17 milhões de euros, a distribuir pelos municípios em percentagem dos caudais de

pluviosidade anuais; aos valores da indemnização acrescem juros de mora à taxa comercial em vigor em cada período, em conformidade com a taxa de juro aplicada pela empresa AdZC aos municípios; criação de uma linha de crédito que permita aos municípios regularizar os valores em dívida num prazo não inferior a 20 anos e a taxas de juro equiparáveis às aplicadas no PAEL; alteração dos tarifários de abastecimento de água e saneamento para os valores propostos pela administração das AdZC nas reuniões de Celorico da Beira e Fornos de Algodres, ou seja, 0,50€ para o abastecimento e 0,55€ para o saneamento; faturação dos caudais de saneamento correspondentes a 80% dos caudais de água faturados pelos municípios aos seus clientes; extinção imediata de todos os processos judiciais em curso, apresentados pela AdZC e pelos Municípios e pagamento integral das faturas, dentro dos limites dos pagamentos em atraso, apresentadas em conformidade com a presente proposta.-----

-----Deu ainda conhecimento de que a Resiestrela, viu aprovada pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia, a nova tarifa a praticar em 2014 aos Municípios utilizadores do Sistema pelo tratamento dos seus resíduos sólidos urbanos (RSU), a qual sofreu uma redução relativamente ao ano transato de 3,02€/ton (cerca de 7%), passando assim de 43,96€/ton para 40,94€/ton. Relativamente às Empresas dos Resíduos Sólidos, disse que tal como a ANMP, também é contra a sua privatização.-----

-----Por fim, deu conhecimento da realização da Feira do Ensino, Empreendedorismo, Emprego e Juventude, em Celorico da Beira, de 16 a 18 de maio. -----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** referindo-se ao corte de luminárias disse que o Executivo fez o seu trabalho, solicitando a colaboração das Juntas de Freguesia, como nem todas entregaram o levantamento, é da opinião que a autarquia, nestes casos deverá decidir por efetuar o corte. Disse que é contra o corte de luminárias onde residam

peessoas, mas todos sabem que existem luminárias em sítios desnecessários. -----

-----Relativamente às comemorações do 25 de Abril, onde foi prestada homenagem aos militares vivos e falecidos naturais de Celorico da Beira, combatentes na Guerra Colonial, pediu desculpa por não ter estado presente. Na sua opinião, a nível nacional foi feito um aproveitamento político, não se revendo nesta maneira de atuação. Prestou homenagem a os ex-combatentes do Ultramar. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** considera lamentável que se faça aproveitamento político nestes dias. Deu conhecimento de que a cerimónia foi presidida pelo Sr. General José Agostinho Gomes, e na qual estiveram presentes muitos familiares dos que já faleceram. Disse ainda, que foi solicitado criar uma Comissão dos ex-combatentes, no concelho. -----

-----De seguida, o Senhor **Deputado Manuel Torres** referindo-se ao Desfile de Carnaval, pretendeu saber quem tinha sido o vencedor. -----

-----Endereçou os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pela sua eleição como Vice-Presidente do Conselho Executivo da CIM, disponibilizando-se enquanto membro da Assembleia Intermunicipal da CIM das Beiras e Serra da Estrela, conjuntamente com o Senhor Deputado José Albano, para defenderem os interesses do concelho. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** relativamente ao Desfile de Carnaval disse que o mesmo foi realizado em dias diferentes, no entanto, irá analisar a questão colocada pelo Senhor Deputado. -----

-----De seguida, disse que o Senhor Filipe Rebelo foi reconduzido na liderança da distrital da JSD da Guarda. Disse que o dirigente havia referido que defende uma nova rede de ensino superior que assente na criação de novas instituições com polos diferenciados. Deu conhecimento de que a JSD propôs o fim dos cursos profissionais nas escolas secundárias,

alegando que cada escola tem a sua própria vocação. Considera esta proposta, uma má opção para o concelho de Celorico da Beira. -----

-----Em resposta, o Senhor **Deputado Manuel Torres** disse que a proposta da JSD, sobre o fim dos cursos profissionais nas escolas secundárias, é a nível regional. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** pretendeu saber se as casas de banho do Mercado Municipal foram requalificadas. De seguida, referindo-se à Unidade Móvel de Saúde, serviço com o qual concorda, uma vez que se deve prestar apoio aos munícipes do concelho, no entanto, pretendeu saber se quem presta este serviço está devidamente habilitado para o fazer. Referiu que este tipo de serviço tinha sido iniciado no tempo do Eng.º Caetano e que depois foi interrompido, por este executivo.-----

-----Relativamente às comemorações do dia 25 de abril, onde foi prestada homenagem aos militares vivos e falecidos naturais de Celorico da Beira, combatentes na Guerra Colonial, considera esta, uma iniciativa tardia, no entanto, felicitou o executivo pela realização da mesma, esperando que não tenham esquecido ninguém. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** no que concerne à homenagem prestada no dia 25 de abril deu conhecimento de que os dados foram fornecidos pelo Ministério da Defesa. -----

-----Sobre a Unidade Móvel de Saúde, esclareceu que o executivo não interrompeu este serviço. A carrinha estava penhorada, altura em que o Ministério da Saúde retirou a equipa que prestava o referido apoio, e a autarquia não tinha pessoal habilitado para o fazer. Neste momento, o funcionamento da unidade de saúde móvel de cuidados continuados designada “SOS – Saúde e Ação Social Amiga” é assegurada pelos bombeiros voluntários locais, no âmbito de um protocolo celebrado com a autarquia. O projeto visa prestar serviços essenciais ao cidadão com o

objetivo de estabelecer níveis aceitáveis de qualidade vida, prevenindo situações de risco originadas por falta de informação ou por escassos meios económicos para usufruir de serviços que estão concentrados na Vila de Celorico da Beira. Este serviço permite prestar cuidados de saúde básicos à população idosa do concelho, evitando deslocações ao centro de saúde.----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** fazendo referência à proposta da JSD, disse que é contra a segregação, na sua opinião, não há alunos de primeira e alunos de segunda, a única diferença é o ensino. -----

-----A Senhora **Presidente da Junta da União de Freguesias de Cortiçô da Serra, Vide-Entre-Vinhas e Salgueirais**, Teresa Tente, deu conhecimento de que na sua freguesia já foi efetuado o corte das luminárias em excesso. -----

-----Sobre a Unidade Móvel de Saúde considera que é uma boa iniciativa, no entanto, sugeriu que poderia ser feita uma parceria com privados, bem como prestação de serviço de voluntariado de enfermagem, para que pudessem prestar outro tipo de serviços. No entanto, deu os parabéns aos bombeiros pelo serviço que têm prestado e disponibilidade.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento de que este serviço é apenas ao nível de cuidados básicos. Relativamente ao voluntariado, é uma situação da qual ainda aguardam uma resposta. -----

-----O Senhor **Deputado José Albano** referindo-se à Unidade Móvel de Saúde disse que é necessário esclarecer algumas situações, é evidente que nunca houve por parte deste executivo, pretensão de que este projeto fosse da sua autoria. Foi ideia de outro executivo, no entanto, foi pago e posto em funcionamento por este executivo. Deu conhecimento de que foi elaborado um Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal e os Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira, cujo objetivo é prestar

cuidados de saúde básicos à população mais idosa e com maiores dificuldades de deslocação, projeto que tem acompanhado, bem como, o executivo. Aproveitando a disponibilidade do Senhor Deputado Manuel Torres, disse que poderia usar da sua influência política para tentar reabrir os postos médicos de Lageosa do Mondego e Carrapichana, uma vez que se encontram devidamente apetrechados desde o Governo do PS e neste momento estão encerrados. -----

-----Relativamente à CIM das Beiras e Serra da Estrela considera lamentável o que tem vindo acontecer. Disse que reunido mais uma vez, o Conselho Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela continua sem decidir quem vai propor para os cargos de secretários executivos da CIM. Na sua opinião, não deveria haver 3 secretários executivos e conta com a bancada do PSD para corroborar desta posição. Considera que toda esta situação lesa o desenvolvimento do concelho. -----

-----Sobre o dia 25 de abril, considera que deverá ser sempre recordado com valores e princípios, nomeadamente pelos jovens. Fica satisfeito que os Deputados participem nestas comemorações, bem como em outras que se irão realizar, como a Feira do Ensino, Empreendedorismo, Emprego e Juventude e o Feriado Municipal, onde todos parecem sempre poucos. -----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** esclareceu que apesar de não ter participado nas comemorações do dia 25 de abril, por motivos anteriormente expostos, participou no evento realizado à noite. No que concerne ao Feriado Municipal, não poderá estar presente, uma vez que exerce a sua atividade noutra Município e tem compromissos profissionais.-

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** referindo-se ao encerramento de serviços, disse que esta política foi promovida pelo governo PS, pelo então Senhor Ministro da Saúde, Correia de Campos. Acrescentou ainda, que o governo PSD não encerrou qualquer serviço no concelho de Celorico da Beira.-----

-----O Senhor **Deputado José Albano** manifestou uma opinião completamente diferente, sobre o que este governo fez ao concelho de Celorico da Beira. Começou por explicar que o SAP de Celorico da Beira foi encerrado pelo governo PSD. Deu conhecimento de que havia um projeto aprovado para a requalificação da escola num valor de mais de 9 milhões de euros, bem como, para a construção do centro escolar na Lageosa do Mondego e em Celorico da Beira, num valor de mais de 2 milhões de euros cada, investimentos que foram cancelados por este governo.-----

-----Disse que a repartição de Finanças de Celorico da Beira consta do plano de encerramento, no entanto, o PS tudo fará para contrariar essa situação. Concluiu dizendo, que urge a necessidade mudar o governo, desejo também manifestado pelos Celoricenses.-----

-----**4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2013**-----

-----Foi presente o documento em título, aprovado por maioria, em reunião do Executivo, realizada no dia 17/4/2014, cuja cópia do documento se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** solicitou a presença do Responsável pela Secção de Contabilidade, Dr. José Tavares, para fazer a apresentação dos documentos de prestação de contas e prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----Fazendo uso da palavra, começou por dizer que, a situação de desequilíbrio financeiro estrutural, veio condicionar vários aspetos do quotidiano financeiro do Município, uma vez que face à Lei das Finanças Locais, o Município vê-se obrigado a cumprir com o estipulado no plano de reequilíbrio, bem como, no PAEL.-----

-----Esclareceu que o Município ainda se encontra a aguardar o visto do Tribunal de Contas, o atraso prende-se com sucessivos pedidos de esclarecimentos, estando o Município a fornecer todos os elementos solicitados. -----

-----Disse ainda que, outra grande condicionante da prestação de contas de 2013 prende-se com a dívida às Águas do Zêzere e Côa, que embora esteja a decorrer uma ação em tribunal, a dívida, por uma questão de cautela foi registada. Referiu que, não obstante, esta situação, a autarquia conseguiu concluir vários projetos, que o Executivo considerou importantes e que foram suportados em apoios comunitários, de acordo com diversas candidaturas aprovadas, dando como exemplo, a Alteração ao Mercado Municipal, Posto de Turismo de Linhares da Beira, Beneficiação de Caminhos Rurais, entre outras. -----

-----Relativamente à análise orçamental, mencionou que, pela primeira vez desde a implementação do POCAL, o Município obteve mais receitas correntes, do que despesas correntes, cumprindo o princípio de equilíbrio orçamental. -----

-----Disse que o Orçamento de Estado para 2013 alterou a distribuição entre os fundos correntes e de capital, aumentando o montante de FEF corrente a distribuir pelos Municípios, em detrimento do FEF de capital, o que gerou um aumento de receitas correntes, permitindo ao Município ultrapassar o desequilíbrio corrente. -----

-----Referiu que as baixas execuções orçamentais ficam a dever-se ao facto do Município ter orçamentado as despesas e receitas associadas aos financiamentos de reequilíbrio financeiro e do PAEL, de acordo com os princípios contabilísticos em vigor, mas que não foram executadas nesse mesmo ano, devido à não obtenção do visto de Tribunal de Contas. -----

-----Esclareceu que a execução da despesa apresenta um valor próximo dos 50% devido à dívida existente que tem de ser orçamentada e que só poderá ser executada na sua quase totalidade com os financiamentos do PAEL e reequilíbrio financeiro. -----

-----O PPI apresenta a maior execução dos últimos anos, dado que quase todos os investimentos previstos no orçamento de 2013 eram cofinanciados por fundos comunitários aprovados.-----

-----A Despesa com Pessoal, em termos de remunerações manteve-se. No que diz respeito aos encargos sociais, o aumento nos encargos da entidade de 15% para 20%, na CGA e de 22,3%, para 23,75%, na Segurança Social, teve um reflexo no aumento dos custos com pessoal, em 2013. -----

-----Da análise do Balanço salientou o grande aumento do património da autarquia, comparativamente ao ano anterior. Os valores imóveis foram valorizados em 3.600.335,83€, que foram refletidos nas contas do Município. -----

-----Em termos de Passivo referiu que houve um decréscimo de dívidas a terceiros, que na sua maioria foram liquidadas em 90 dias, à exceção da faturação relacionada com o fornecimento de água e serviços de saneamento, devido a um contencioso com a empresa AdZC, cuja faturação tem sido devolvida, apesar de estar contabilizada no Município como “em conferência”. -----

-----Frisou que o Executivo teve a preocupação de liquidar dívida que está fora do PAEL, de forma a diminuir o endividamento. -----

-----O Resultado Líquido do Exercício apresentou um valor positivo de 497.914,84€. -----

-----Disse que, como é do conhecimento dos presentes, a situação financeira do Município é de desequilíbrio financeiro estrutural, mas, apesar dessa situação, bem como, dos cortes nos fundos estatais e o aumento dos encargos sociais com os trabalhadores, o Município de Celorico da Beira conseguiu reduzir a dívida e dar cumprimento à Lei dos Compromissos. Também conseguiu realizar investimentos estruturantes com recurso a fundos comunitários. -----

-----Por último, referiu que, de acordo com os valores obtidos junto da DGAL, em 2013 houve uma diminuição do excesso de endividamento

liquido em 6,59%, face aos limites previstos. Esta redução ficou aquém dos 10% estipulados pela Lei das Finanças Locais, no entanto deve-se salientar que o Município tem dívida registada da empresa AdZC, no valor 709.355,28€, cuja faturação tem sido devolvida, tendo em conta os processos judiciais interpostos pelos municípios à empresa, mas que foi contabilizada como faturação em conferência. Caso estas faturas não tivessem sido registadas, o Município teria conseguido efetuar a redução do excesso de endividamento líquido. -----

-----Deu conhecimento de que o relatório do ROC enviado foi uma versão preliminar, tendo já a Assembleia Municipal em sua posse a versão final, que se mantém inalterada e que irá ficar anexa ao documento de prestação de contas. -----

-----Disse que na página 17 do relatório de gestão é necessário efetuar uma pequena correção, uma vez que o resultado de 2013 representa um aumento de 206.063,92€, face ao resultado do ano anterior, ao invés dos 188.063,92€, mencionados na informação. -----

-----O Senhor **Deputado João Paulo Antunes** pretendeu saber se o montante que está inscrito na dívida das AdZC corresponde à que está registada. O Técnico José Tavares respondeu que era a totalidade da dívida. O Senhor Deputado concluiu, que se o Município decidisse pagar a dívida às AdZC, então, esta ficaria liquidada na sua totalidade, ao que o Técnico anuiu. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que a maioria das Câmaras Municipais optou por não incluir a dívida das AdZC na prestação de contas, não a registando. -----

-----O Senhor **Deputado João Paulo Antunes** disse que é do conhecimento geral a situação de desequilíbrio estrutural do município de Celorico da Beira, tal como foi explanado pelo Dr. José Tavares, a quem

endereçou os parabéns pela apresentação efetuada relativamente à apresentação das contas. Disse que a dívida do Município baixou um milhão de euros, devido à redução do endividamento bancário.-----

-----Referindo-se ao relatório do ROC, o mesmo alerta para 3 milhões de dívidas que ainda não estão faturadas. Ao nível do endividamento, o mesmo baixou relativamente a 2009. Em 2013 houve uma diminuição do excesso do endividamento líquido em 6,59% face aos limites previstos. Segundo o relatório apresentado, esta redução ficou aquém dos 10% estipulados pela Lei das Finanças Locais, questionando se esta situação se deve ao facto de o Município ter registado a dívida das AdZC de 2013.---

-----Da análise efetuada às contas, verifica que 25% é receita própria e 40% da receita é para ordenados. Congratulou-se com tomadas de posição positivas, em função da obrigatoriedade do plano de reequilíbrio financeiro, tais como, sinais de inversão de dívida e redução do prazo médio de pagamentos. -----

-----Continuou dizendo, que irá votar desfavoravelmente a prestação de contas, uma vez que, segundo a certificação legal de contas, as mesmas apresentam reservas e ênfases. Quanto à reserva do ROC, a mesma diz que “A análise da informação proveniente do Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial e dos mapas de suporte das amortizações permitiu identificar um número muito significativo de bens não valorizados e/ou não amortizados. Como tal, não é possível aferir sobre as asserções totalidade e valorização, pelo que não nos podemos pronunciar e não pronunciamos sobre os efeitos destas situações nos ativos, fundos próprios e resultados do exercício.” No que concerne às ênfases, o mesmo chama atenção para o seguinte: “... os serviços de Património do Município procederam ao registo por acréscimo, no montante de 3.600.335,83€, do imobilizado corpóreo e nos fundos patrimoniais” e “... o Município apresenta dívida em mora à ADSE no montante de 734.901,81€ em resultado do custo com despesas de saúde dos seus funcionários e a reembolsar àquele subsistema”. Por estes motivos e também pelo facto de o município ainda

não ter o visto do Tribunal de Contas, relativamente à aprovação do plano de reequilíbrio financeiro e PAEL, o seu sentido de voto é desfavorável. -----

-----O Técnico José Tavares disse que no relatório é novamente feita uma reserva relativamente à valorização do património da autarquia. Frisou que, desde que este Executivo tomou posse foi feito um grande esforço neste sentido, mas efetivamente ainda existem muitos bens para valorizar, sendo necessário constituir-se uma comissão credenciada para esse fim e enquanto isso não acontecer esta ressalva vai aparecer sempre nos relatórios.-----

-----De seguida, o Senhor **Deputado Joaquim Abreu** referindo-se ao facto do Tribunal de Contas estar constantemente a solicitar esclarecimentos a esta autarquia, revela que algo pode não estar bem. Acredita que tanto o ROC, como o Dr. José Tavares estão a desempenhar bem o seu trabalho. Pretendeu saber, se há possibilidade de o plano de reequilíbrio financeiro ser chumbado, se bem que mesmo sendo aprovado, a dívida continua a existir. -----

-----Relativamente às contas apresentadas, pretendeu saber, o que significam as rubricas designadas “outros”, onde foram gastos milhares de euros. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que tanto o PAEL como o reequilíbrio financeiro iniciaram-se em 2012, e até à data ainda não estão concluídos. Politicamente, este executivo sempre assumiu a necessidade de recorrer a estes programas para solucionar a questão financeira. Em resposta à pergunta do Senhor Deputado Joaquim Abreu, disse que o plano de reequilíbrio ainda pode ser chumbado, tal como aconteceu noutros municípios. -----

-----Disse que neste momento existe o FAM – Fundo de Apoio Municipal, para ajudar na recuperação de autarquias em desequilíbrio financeiro, mas que pouco ou nada se sabe como irá funcionar. -----

-----No que concerne à valorização do património da autarquia, disse que este ano será constituída uma comissão credenciada para esse fim. Ao nível do pessoal deu conhecimento de que a autarquia para 2014 está obrigada a um corte de 3%, no caso deste município, 4 a 5 funcionários. Deu conhecimento de que de acordo com os dados da DGAL, no 4.º trimestre de 2013 o Município apresentava um prazo médio de pagamentos de 370 dias, quando no final de 2012 era de 511 dias, o que revela uma clara melhoria nas contas do Município. Relativamente à rubrica “outros” disse que a situação descrita neste momento já não existe, agora estão dotadas de valores mais baixos. -----

-----**Submetidos os documentos de Prestação de Contas de 2013 a votação, foram os mesmos aprovados por maioria, com 6 votos contra e 3 abstenções.** -----

-----**5. EMCEL – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2013** -----

-----Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, foi presente o documento referenciado em epígrafe, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador José Luís Cabral para explicar o assunto. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que o comportamento da EMCEL foi razoável face à atualidade de austeridade que o país atravessa. Frisou que, segundo o Revisor de Contas, a EMCEL durante o ano de 2014 deve continuar a dinamizar a sua atividade, aumentando os

seus rendimentos e mantendo sobre controlo os seus gastos, no sentido de continuar a cumprir com o disposto no n.º 1, do artigo 62.º, da Lei n.º 50/2012, afastando a hipótese de dissolução obrigatória. -----

-----Referiu que este primeiro trimestre em algumas unidades está a ser bastante positivo, antevendo um crescimento para este ano. -----

-----Informou que, à semelhança dos anos anteriores, o subsídio à exploração que a autarquia atribui à EMCEL tem diminuído. -----

-----O Senhor **Deputado João Paulo Antunes** endereçou os parabéns à gestão que tem sido feita neste último ano, lamentando que o mesmo não tenha acontecido no passado, onde não houve tanto rigor. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**6. CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE – DESIGNAÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CADA PARTIDO** -----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que nos termos da alínea b), do art.º 4.º, do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Celorico da Beira, integra este Conselho, um membro da Assembleia Municipal de cada partido, pelo que, é necessário proceder à sua designação. -----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que na ordem de trabalhos enviada constava um lapso relativamente a este ponto, uma vez que apenas é necessário designar um membro da Assembleia Municipal de cada partido e não dois, no entanto, depois de consultados os líderes de bancada, decidiu-se nomear dois membros, um efetivo e um suplente. -----

-----O Senhor **Deputado José Albano**, em nome da bancada do PS, apresentou os seguintes elementos: -----

-----Efetivo: Ana Isabel Lopes Correia.-----

-----Suplente: André Diogo de Jesus Correia.-----

-----O Senhor **Deputado Manuel Torres**, em nome da bancada do PPD/PSD-CDS/PP, apresentou os seguintes elementos:-----

-----Efetivo: Paulo Jorge Pinto da Silva Patrocínio.-----

-----Suplente: Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa.-----

-----**A Assembleia Municipal designou os seguintes membros da Assembleia Municipal, para integrarem o Conselho Municipal de Juventude de Celorico da Beira:**-----

-----**PS**-----

-----**Efetivo**: Ana Isabel Lopes Correia.-----

-----**Suplente**: André Diogo de Jesus Correia.-----

-----**PPD/PSD-CDS/PP**-----

-----**Efetivo**: Paulo Jorge Pinto da Silva Patrocínio.-----

-----**Suplente**: Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa.-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, não tendo havido inscrições.-----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, eram 13:25h, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----

---

---

---